



▶ [Menu principal](#)



[Pesquisa Geral](#)

OK

Brasília, Sexta-Feira, 22/3/19

[A Pró-Yanomami](#)

[Os Yanomami](#)

[Notícias](#)

[Documentos](#)

[Programas](#)

[Depoimentos](#)

[Bibliografia](#)

Documentos

Esta seção apresenta um conjunto de documentos de referência sobre diversos aspectos da ação da entidade na defesa dos direitos Yanomami (Terra Indígena Yanomami, direitos humanos, saúde, educação e preservação do meio-ambiente). Trata-se de documentos recentes ou "históricos", de documentos produzidos pela Pró-Yanomami (CCPY) ou de documentos oficiais.

... ● [Arquivo Pró-Yanomami](#)

▶ [Pesquise por Tema](#)

Todos ▼

Selecione o Período:

De 1970 ▼

Até 2019 ▼

[Listar Resultados](#)

▶ [Veja também:](#)

**Cartografia
Yanomami**



A Terra Indígena
Yanomami vista do espaço



[Acesse o folder CCPY](#)

CCPY
COMISSÃO
PRÓ-YANOMAMI

◀ Índice

Arquivo Pró-Yanomami
Boletins URIHI

BOLETIM URIHI Nº 9

SÃO PAULO, JULHO DE 1989
EDITADO PELA COMISSÃO PELA CRIAÇÃO DO PARQUE YANOMAMI (CCPY)
RUA MANOEL DE NÓBREGA 111 3º CJ.32
04001 SÃO PAULO SP
COLABORADORES DESTE NÚMERO
TEXTO: ALCIDA RAMOS
ILUSTRAÇÃO: CIÇA FITTIPALDI
FOTOGRAFIA: RENATO DOS ANJOS



Uma nova paisagem na maloca Yanomami
Paapiu, junho de 1989

Amigos

Este número do Boletim URIHI apresenta relatório de viagem da antropóloga Alcida R. Ramos, que representou a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) na comitiva da Ação pela Cidadania que visitou Roraima de 9 a 12 de junho de 1989. O relatório foi preparado para a ABA e gentilmente cedido à CCPY. Formada por 20 pessoas, entre elas os subprocuradores da República Carlos Eduardo Vasconcelos e

Wagner Gonçalves, além do subprocurador geral Claudio Fonteles, o senador Severo Gomes (PMDB/SP) e o deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT/SP), a comitativa da Ação pela Cidadania constatou a urgência de se tomarem medidas efetivas para evitar o genocídio Yanomami.

A volta da viagem, reuniram-se os membros da comitativa no auditório da CNBB em Brasília, sob a presidência de d. Luciano Mendes de Almeida - com a participação de

representantes da **Ação pela Cidadania**, parlamentares, ABA, CIMI, CEDI, CCPY, SBPC, OAB, INESC, Comissão Teotônio Vilela, Fundação Oswaldo Cruz, Procuradoria Geral da República, jornalistas, e do Presidente do IBAMA, Fernando César Mesquita para decidir as iniciativas a serem adotadas em relação à dramática situação da população indígena de Roraima.

Em primeiro lugar, decidiu-se pela publicação do relatório RORAIMA: **O Aviso da Morte**, elaborado pela Ação pela Cidadania. Editado pela CCPY/CEDI/CIMI, terá uma tiragem de 16 mil exemplares ilustrados com mapas e fotos, para ampla divulgação. Está sendo também traduzido para o inglês, para tornar-se a base de uma vasta campanha em defesa dos povos indígenas de Roraima no Brasil e no exterior.

Também um vídeo filmado no local por uma equipe do CEDI está sendo preparado, de modo a que se disponha de instrumentos para uma ampla mobilização das forças políticas e dos órgãos da sociedade civil, em torno da exigência do cumprimento da Constituição Federal no que se refere aos direitos dos índios.

Por seu lado, a Procuradoria Geral da República criou a Coordenadoria de Defesa dos Direitos e Interesses das Populações Indígenas, que vai propor ao Ministério da Aeronáutica e à Superintendência da Polícia Federal a interdição de 54 pistas de pouso utilizadas pelo garimpo, situadas em áreas indígenas ou de florestas nacionais. Em seu segundo ato, vai abrir um inquérito civil público para levantar a situação fundiária das áreas Yanomami e os critérios que determinaram a demarcação das 19 "ilhas" - áreas indígenas, considerada inconstitucional.

Os deputados e senadores participantes da **Ação pela Cidadania**, acompanhados das entidades de apoio à questão dos índios de Roraima (OAB, CNBB, ABI, SBPC e outros), organizarão visitas aos ministérios da Aeronáutica, do Interior e da Justiça, além de ao titular do SADEN (antigo Conselho de Segurança Nacional), com a finalidade de entregar o relatório e discutir as medidas nele propostas para a solução dos problemas apontados.

O Grupo Parlamentar se incumbirá, além disso, de formular requerimentos de informações, dirigidos a diferentes setores do Governo, com o objetivo de esclarecer questões levantadas durante a visita a Roraima.

Outro ponto importante é a solicitação de que seja implantado um plano assistencial médico e sanitário que atenda às populações indígenas de Roraima, atualmente dependentes da assistência de missionários. Com base em um depoimento do médico da Funai, Oneron de Abreu Pithan, as condições de saúde dos índios são extremamente precárias. Com o assessoramento da CCPY, que já desenvolveu atividades de assistência médica na área Yanomami, o Grupo Parlamentar proporá um convênio entre a Funai e o setor competente do Ministério da Saúde para possibilitar o envio, com a máxima urgência, de uma equipe de auxílios médicos aos Yanomami.

A CCPY acredita que são necessárias medidas drásticas para impedir o genocídio Yanomami, pois muitos índios já foram mortos nessa ocupação desenfreada, e continuam a sofrer não só assassinato físico como cultural. É para trazer a público a denúncia de que o que está acontecendo nesse momento com os índios Yanomami pode significar seu extermínio que apresentamos este URIHI.

Claudia Andujar

Coordenadora - CCPY

São Paulo, julho de 1989



RELATÓRIO DA VIAGEM DE INSPEÇÃO ÀS ÁREAS YANOMAMI E MACUXI EM RORAIMA PELA COMITIVA DA AÇÃO PELA CIDADANIA

9 a 12 de junho de 1989

Num Búfalo da FAB, chegou a Boa Vista no fim da tarde de sexta-feira, 9 de junho, a comitiva liderada pelo Senador Severo Gomes (PMDB-SP) e pelo Deputado Federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e composta de representantes do Deputado Fábio Feldman, da Procuradoria Geral da República, da OAB, da CNBB, do CIMI, da SBPC, da ABA, da CCPY, da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e da imprensa (O Estado de S. Paulo, TV Cultura e CEDI), acompanhada pelo Coronel Amado do Estado Maior das Forças Armadas.

À noite, foi feito o planejamento das atividades dos dias seguintes e a apresentação dos membros da comitiva aos representantes da Igreja Católica local, liderados pelo Bispo de Roraima, D. Aldo Mongiano. Os padres Saffirio e Lirio fizeram exposições, respectivamente, sobre a situação da missão Catrimani junto aos Yanomami e os conflitos entre fazendeiros, posseiros e índios Macuxi. Relataram que, depois que a Igreja de Roraima fez a opção explícita de se posicionar ao lado dos índios, tanto o bispo como vários padres e outros membros da Pastoral têm recebido ameaças de morte.

A dramática exposição do Padre Pedro, membro da Diocese, demonstrou com fortes cores emocionais o estado de tensão em que vivem os religiosos. Esbravejando, o Padre despejou uma avalanche de desabafos sobre os problemas enfrentados por índios e missionários e exigiu da comitiva que não prometa o que não pode cumprir, pois ele já está cansado de promessas. Seu acalorado desempenho demonstrou até onde pode ir o descontrole de quem vive sob a constante pressão de uma guerra surda e interminável pela posse da terra, com todos os ingredientes de Wild West onde a lei é comprada por quem dá mais.

Terminadas as exposições, os parlamentares explicaram o que é a Ação pela Cidadania e que mecanismos podem ser acionados para se fazer cumprir a lei,

principalmente através do congresso, da imprensa, da opinião pública, gerando pressões sobre o governo para que a lei seja cumprida.

Iniciava-se, assim, uma missão de coleta de fatos e evidências das mais contundentes, em que cada dia da viagem desvelou eventos dramáticos que contribuíram para se construir um quadro sensível do caos social, da inadimplência institucional, de má fé política e do sofrimento humano nesse que é dos estados da união talvez o mais eminentemente indígena.

Casa do Índio: da fonte de contaminação ao depósito de doenças

Enquanto esperávamos uma melhora do tempo que, no sábado, era típico da época de chuvas em Roraima (de abril a novembro), fizemos uma visita à Casa do Índio, local inóspito mantido pela FUNAI a uns 15 quilômetros do centro da cidade para abrigar índios em tratamento de saúde ou simplesmente de passagem por Boa Vista.

Não havia sinal de médico, apresentou-se Geralda, a enfermeira. Entre os diversos índios espalhados pelas dependências de teto de palha e chão de cimento, estavam vários Yanomami de Surucucus, do Ericó, e do Olomai. Um homem Sanumá residente em Olomai, urinando sangue, estava sendo tratado de infecção urinária, embora a enfermeira não soubesse ao certo se esse era o mal. Também da região do Olomai, um casal do subgrupo conhecido como Parahuri, de fala Yanomami residente próximo à cachoeira de Tucuxim, estava em tratamento de tuberculose, sem que nenhuma precaução fosse tomada para isolá-lo dos outros. A mulher já havia contraído catapora claramente visível no rosto. Trouxe tuberculose e recebeu catapora. Mesmo assim, com a disposição acolhedora e risonha, característica dos Yanomami para com alguém que lhes fale em alguma das suas línguas, pediam cigarros, roupa e contaram que na aldeia da mulher muitos haviam morrido recentemente. Mais tarde, tive a oportunidade de conferir essas informações com Donald Borgman, missionário da MEVA (Missão Evangélica da Amazônia), que trabalha com os Yanomami desde meados dos anos 60 e que atualmente faz visitas periódicas à missão de Olomai no baixo rio Auaris. Borgman levantou e me transmitiu as seguintes informações:

O casal tuberculoso vive numa aldeia de cerca de 45 pessoas, a 8 minutos de vôo abaixo de Olomai; os próprios índios abriram aí uma pista, de modo a facilitar a visita dos missionários para tratamento de saúde. Logo depois, chegavam, pelo menos, 30 garimpeiros munidos de balsa. O líder indígena dessa aldeia, Cadona, foi levado doente à Casa do Índio e aí morreu em abril passado. Sua comunidade está infestada de tuberculose. Mais abaixo, está outro grupo Parahuri, de cerca de 40 pessoas; morreram há pouco de malária dois adultos e cinco crianças, ou seja, mais de 17%. Próximo à boca do Auaris, subindo o rio Paríma, está o grupo dos wateri himodimi' dibi', também com seus quarenta e poucos habitantes, onde morreram cinco adultos e cinco crianças recentemente, o que representa cerca de um quarto da sua população. A sudoeste de Olomai, no conjunto de aldeias conhecido por xikoi di'bi', faleceram dois adultos e dez crianças.

Os garimpeiros permaneceram na região do Tucuxim durante um ano. A pista aberta aí pelos índios servia de base para alcançarem a região do Aracaçá, a cerca de um dia a pé da pista. Logo abaixo do Tucuxim, as notícias eram de que os garimpeiros extraíam três quilos de ouro por mês. Em janeiro deste ano, havia cerca de 30 balsas e umas seis pistas de pouso só no rio Uraricoera acima de Waicás, na altura do Aracaçá. Por toda a área do rio Paríma, subindo o Auaris, têm passado garimpeiros, em grupos de 12 ou 20 que, utilizando pistas e aldeias indígenas como base, espalham-se pela região em busca de novas concentrações de ouro. Muita cassiterita também foi lá encontrada. Essa região mais setentrional do território Yanomami no Brasil não tem recebido cobertura vacinal adequada, com exceção talvez dos locais adjacentes às missões. É, pois, muito alto o risco de grandes epidemias de sarampo, tuberculose e outras doenças contagiosas, que, surgindo num determinado local, podem aniquilar aldeias inteiras numa reação em cadeia. Além disso, a malária, atualmente muito exacerbada, é um dos principais causadores de doença e mortes.

Como símbolo trágico dessa situação insustentável está o caso do pai que veio do Tucuxim em avião de garimpeiro trazendo a filha pequena muito doente. Na pista do aeroporto de Boa Vista, a menina morreu-lhe nos braços. Seu drama agora era como levar o corpo para casa. Perdido, desesperado, atordoado pelo sofrimento, ele procurou Donald Borgman. Empreenderam então uma busca de horas no pátio do aeroporto para achar um piloto que, dentre as muitas dezenas, iria para o

Tucuxim. Finalmente encontraram. O Yanomami viajou de volta sentado no caixão da filha, empilhado sobre tambores de combustível.



Pista de pouso dos garimpeiros em área indígena de Surucucus. A maloca dos Yanomami fica a 50 metros da cabeceira da pista Paapiú, junho de 1989

Aqueles índios que, contaminados, conseguem chegar a Boa Vista, são levados à Casa do Índio que passa a ser um depósito de doentes e um foco concentrado de virulência vários tipos. O tratamento médico extremamente precário e as queixas de alimentação são constantes.

Estava na Casa do Índio, "a passeio Yanomami Raimundo do Ericó, que acompanhou nos vôos a Waicás, Paapiu Surucucus.

Paapiu: o Vietnã dos Yanomami

"Isto é um Vietnã", ouvi um dos parlamentares exclamar ante a visão apocalíptica de aviões e helicópteros em constante movimento que enchem a pista do Paapiu com um barulho ensurdecedor e sem trégua. Aí, a longa faixa de lama de quase um quilômetro, continuamente sulcada por mono e bimotores, palmilhada por constantes levas de garimpeiros, donos de aviões, donos de barrancos, comerciantes, prostitutas e Yanomami de ambos os sexos e de todas as idades, serve de palco para um dos capítulos mais estrondosamente dramáticos na curta história do contato dos Yanomami com o mundo de fora. Lá, no início de 1986, a COMARA declarou como área de segurança nacional a pista por ela ampliada, mais cem metros de cada lado, setenciando, assim, à destruição a maloca Yanomami que ali já existia. Agora aglomeram-se barracos cobertos de plástico azul brilhante que abrigam cantinas, depósitos, alojamentos, áreas de pouso de helicópteros, sem que ninguém mais se lembre de segurança nacional. Os barracos dos garimpeiros, que em fins de janeiro amontoavam-se no pé da pista, começam a avançar para a cabeceira, onde está a casa comunal cônica dos Yanomami e os quatro casebres que passam por posto da Funai. Dilapidado, o posto é a testemunha mais veemente do abandono a que a Funai sujeita os Yanomami em meio à maior crise de sua história interétnica, depois que a mesma Funai, apoiada no Conselho de Segurança Nacional, banuiu da região equipes médicas pertencentes a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY). Lá há catapora, furúnculos, gripe e muita malária que antes não existia. Com o abandono do posto da Funai, que desde abril ou maio está sem ninguém, remédios, se os índios quiserem, têm que pedi-los aos garimpeiros. O depoimento sofrido de Raimundo, um jovem pai de família da maloca do Paapiu, revela a sua indignação com essa incúria oficial. Sua fala foi gravada dentro da maloca, assistida por uma densa roda de membros da comitiva e de garimpeiros que nos seguiam. Um dos membros da CCPY traduzia trechos da fala para o português, até que a presença dos garimpeiros foi notada e a tradução interrompida. O depoimento que se segue foi traduzido em Brasília pelo antropólogo Bruce Albert, pesquisador dos Yanomami desde 1975. Em tom de grande revolta e indignação, Raimundo disse-nos o seguinte:

Eles (os brancos) não dão remédio. Tem muita doença, mas não curam a gente, ficam aqui em volta, não fazem nada. Tem só Os garimpeiros são muito ruins, não chamam a gente para dar remédio. Por isso eu fico revoltado, mas eu não sou um líder, e então não posso falar em nome da gente. Se eu fosse um líder, eu falaria. Estou muito zangado. São vocês que devem tratar das nossas doenças (dirige-se a um dos integrantes da equipe da CCPY que realizou um programa de vacinações de 1983 a 1987). A Funai foi embora e pode ir embora. São vocês que podem dar remédio, vocês que devem cuidar dos índios" (em português). É isso que eu quero muito dizer.

A Funai foi embora porque nós, os Yanomami, íamos sempre à casa da Funai (chefe de posto) para dar uma prensa nele, por isso ele foi embora. Quando foi embora ele disse: "é esta gente, os garimpeiros, que de agora em diante vai dar remédio para vocês, nós não vamos dar mais". Foi assim que falou a Funai quando foi embora: "eles (os garimpeiros) são todos seus, para vocês já basta", foi assim que a Funai falou

(Pergunta: os garimpeiros quiseram dar remédio para vocês e a Funai recusou?)

A Funai só deu remédio umas poucas vezes. Os garimpeiros nunca dão remédio para a gente. A mim eles recusaram mesmo. Eu fui lá e eles não quiseram me dar remédio. Por isso eu falei para eles: 'Podem ir embora, podem voltar. Eu vou a pista, a pista é minha, por isso eu vou estragar. Se meus filhos morrem (por falta de remédio) eu vou estragar essa pista. O "posto" (em português) é nosso também. Se é assim, eu vou destruí-lo também".

Quero que se dê remédio assim: para um, para outro, para outro, para outro, um por um, para as crianças doentes, quero que cheguem aqui com remédio para dar a cada um e digam: "depois você vai ficar bom". E depois, quando os doentes vêm de novo, quero que se dê tratamento também para cada um, do mesmo jeito e então nós vamos dizer: "tá bom, obrigado" (em português).

Neste depoimento, Raimundo fez o contraste entre o cuidado da equipe médica da CCPY, o método de trabalho de atender um a um, registrando as vacinações e tratamentos em fichas individuais, com o despreparo e desorganização dos agentes da Funai que têm a obrigação de dar assistência sanitária aos índios, mas que, por penúria e incompetência, acabam se desmoralizando aos olhos de todos, principalmente dos Yanomami. No período de quatro anos antes da invasão garimpeira, a região em torno de Paapiu foi praticamente coberta em toda a sua totalidade pela campanha de vacinação da CCPY. Hoje os índios estão sofrendo os efeitos de epidemias de malária, novas na região, de gripe e outras doenças, mas não se tem notícia de grandes ondas de sarampo, tuberculose, coqueluche e outras doenças infecciosas que costumam varrer populações indígenas que enfrentam invasões, raramente na escala dessa avalanche de garimpeiros.

Em janeiro, durante a visita de uma missão diplomática europeia da qual participei, o mesmo Raimundo e uma mulher Yanomami denunciaram as várias frentes do desastre que é para eles o garimpo. A falta de caça é total, há muito afugentada pelos aviões e garimpeiros que varam a mata; a água está inutilizada por mercúrio e pelo assoreamento dos rios, provocado pelo trabalho brutal de mangueiras gigantes que varrem os barrancos; não há mais peixe. Os Yanomami vêem-se na humilhante situação de pedir comida aos invasores. Até mesmo a tentativa de João Davi, outro Yanomami local, de extrair pedágio dos aviões não - deu certo. Desiludido, ele encontra-se na desconfortável situação de ter perdido legitimidade e respeito na pista e talvez também em casa.

Se Paapiu é a epítome do desastre que desabou sobre os Yanomami encarnado naquilo que foi descrito como "faroeste aéreo" (vide o relatório do então Secretário Geral do Ministério da Justiça, após uma visita de surpresa ao local em fins de 1988), os barracos devastados da Funai são o símbolo vivo da convivência oficial com esse desastre. O que era a farmácia tornou-se um quarto de despejo, com vidros quebrados coalhando o chão de terra batida, seringas descartáveis expostas a qualquer mão, livros de registro amontoados na poeira, numa atmosfera de saque e agressão. O que levou o Chefe de posto a abandonar assim o seu dever fica apenas sugerido no depoimento de Raimundo (...).



Posto abandonado da Funai
Paapiú, junho de 1989

Se já é desastroso o resultado da inépcia da Funai, pior ainda é a sua determinação, aliada à Saden, de proibir que entidades independentes trabalhem junto aos Yanomami em campanhas de saúde preventiva e curativa. rio criminoso quanto não fazer é não deixar fazer. Assim, o direito dos índios à assistência sanitária é duplamente violado.

Cerca de duas horas no Paapiu foram consumidas por longa conversa do Deputado Plínio Sampaio com os garimpeiros que se amontoaram à porta do Búfalo, querendo saber se era mais um grupo de ecologia que vinha observar a situação; pela caminhada ao longo da pista até a maloca Yanomami, sob quantidades de olhos desconfiados de homens barbados, muitos deles esperando vôo; pela entrada em massa à maloca, tomada de assalto por tanta gente ao mesmo tempo e mostrando-se misteriosa e quase mística pelo efeito da fumaça que subia das fogueiras domésticas e encobria o topo do mastro e o teto (era hora da refeição da tarde, por volta das 4); pela tentativa de se filmar lá dentro, frustrada pela negativa dos índios, sempre avessos a câmeras e muito mais a flashes e holofotes; pela constatação de quão contaminado está o córrego ao lado da maloca; e pelo patético espetáculo do estado deplorável das instalações da Funai. Às presas, voltamos ao Búfalo, rumo a Surucucus, para voltar a Boa Vista antes do anoitecer ou, mais precisamente, antes das 18 horas.

O contraste de Surucucus com Paapiu é tão grande que chega a desconcertar. A sensação de paz e tranquilidade é plena do momento em que a aeronave que nos transporta desliga os motores. Ouve-se apenas algum pássaro que voa piando, vozes humanas, o vento.

Em janeiro, o destacamento do Segundo BEF, que é um posto em fase de instalação do Projeto Calha Norte, tinha 10 homens, quase meninos, comandado pelo Tenente Agenor, jovem de Curitiba, saído da Academia das Agulhas Negras. As casas do destacamento são novas, de madeira envernizada, as janelas e portas protegidas por tela verde, tudo muito limpo e confortável. Há um pavilhão para as operações, como telefonia, um que é dormitório dos soldados e um outro, o "pavilhão dos terceiros", que irá abrigar a Cobal e uma agência bancária. O prédio da escola para filhos de oficiais já está pronto, a mobília empilhada numa sala à espera de uso. Um oito residências já estão construídas - três quartos, sala, cozinha, área de Serviço com espaço para máquina de lavar - e mais oito estão para ser feitas. O Tenente, que está no meio de seu segundo e último ano em Surucucus, pretende deixar a obra acabada, pronta para receber 70 oficiais e suas famílias, embora saiba que essas famílias ainda demorem a vir e a escola mais ainda a ser ativada.

À chegada da missão diplomática em janeiro, o Tenente e seus soldados vieram ao posto da Funai, ao pé da pista, perguntar quem éramos. Não haviam sido avisados e, como "a área é do exército", ele tinha que saber. Está acompanhado da mãe viúva, senhora patriota e maternal, cuja maior frustração em Surucucus é ver sua plantação de tomates não produzir mais nada além de muito trabalho.

Os Yanomami de Surucucus têm a maloca a uns 50 metros da pista, ligada ao posto da Funai por uma trilha coberta de lama preta em toda sua extensão. Em janeiro, a maloca estava quase vazia; com exceção de umas três mulheres, uns dois jovens e

várias crianças, todos os demais estavam, segundo Cleber, o chefe de posto, tomando caxiri numa aldeia vizinha, a três horas a pé.

Nas imediações não existe garimpo, só há garimpeiros em Xidéia, a oeste do posto. Há pouco tempo, informaram-nos em janeiro, destacamento atendeu ao pedido dos Yanomami de uma maloca mais distante (provavelmente Xidéia ou imediações) para retirar um grupo de garimpeiros. Parece que a presença do exército inibe a invasão.

Em junho, o destacamento já crescera para 30 homens, ainda sob o comando do Tenente Agenor, que nos acompanhou desde Boa Vista, aproveitando a viagem do Búfalo. Ao pousar em Surucucus, deparamo-nos com todo o pelotão perfilado na pista à espera das ordens de seu comandante. Ficava assim marcada para a comitiva da Ação pela Cidadania a presença do Calha Norte na área Yanomami.

Alguns índios, mulheres jovens, rapazinhos, crianças, observavam a alguma distância, tentando fugir às câmeras de todos os fotógrafos, profissionais e amadores. Eu só consegui convencer umas mocinhas zangadas que não tivessem medo, pois eu não iria fotografá-las, quando, ainda de longe, demonstrei gesturalmente a minha intenção, enfiando a máquina numa sacola. Aproximei-me, falei algumas frases em mistura de Sanumá e Yanomami, e imediatamente sorrisos se abriram, vieram perguntas sobre quem eu era, pedidos para que não se tire fotos e muita vontade de continuar conversando.

Quinze minutos depois de pousar, embarcávamos de novo no Búfalo, de onde saía o único ruído extemporâneo a quebrar a paz e o silêncio daquela magnífica paisagem. O Deputado Plínio Sampaio, às pressas, foi até os prédios do destacamento, acompanhando o tenente e sua veneranda mãe, fielmente à sua espera para um beijo de boas vindas. O cuidado, a limpeza e disciplina nos edifícios e nos soldados do Calha Norte são um espelho mortal para a desordem, falência e ineficácia da Funai, até mesmo em Surucucus, onde o posto já foi modelo, antes de Francisco Bezerra, chefe durante muitos anos, ser transferido em 1987. Mas, que não se iluda quem ler nesse contraste favorável aos militares qualquer sugestão de que seu papel na área é benéfico aos Yanomami. Até agora, a única coisa que o Projeto Calha Norte tem feito pelos índios foi retalhar o seu território tradicional em 19 ilhas insuficientes em tamanho e inadmissíveis para a sobrevivência desse grupo étnico que é o maior das Américas a viver ainda segundo suas próprias tradições. Por outro lado, as doenças que afligem os Yanomami de Surucucus não parecem ter diminuído com a presença dos militares, apesar de contarem com a presença de um médico no destacamento.



Pista de pouso aberta com fundos do Calha Norte, a serviço dos garimpeiros Paapiú, junho de 1989

Cleber, o "antropólogo" de Juiz de Fora, continua à frente do posto. O atendente, um índio Macuxi, aproveitou o Búfalo e voltou para Boa Vista.

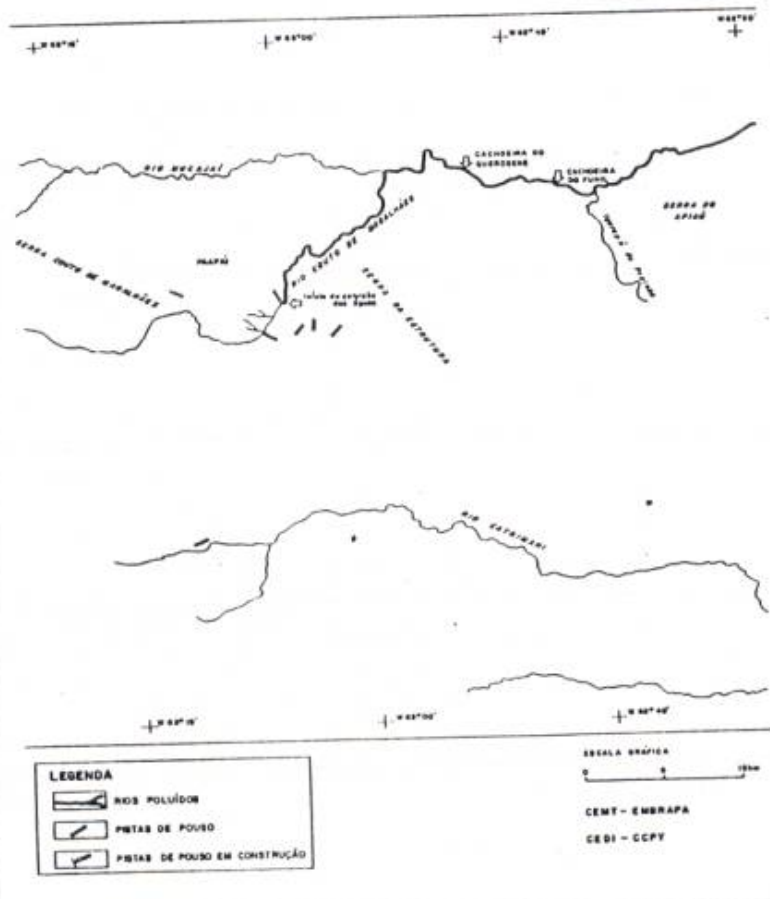
Em janeiro, Cleber nos disse que a situação de saúde dos Yanomami ali era boa, nenhuma doença, a desnutrição de duas semanas antes havia acabado, como por magia. Agora, em junho, membros da comitiva relataram outra coisa: os Yanomami em Surucucus queixaram-se de estar sofrendo de doença de branco, xawara, o que significa algum tipo de epidemia. Pela brevidade da nossa visita, não foi possível obter maiores detalhes sobre isso. Apesar de não terem garimpeiros nas imediações, como ocorre em Paapiu, e apesar de haver agora um médico no destacamento, os índios de Surucucus estão igualmente sujeitos às ondas infecciosas que assolam a região. Uma mulher Yanomami afirmou que os índios só recebem remédios se forem procurar o médico dos militares, pois ele nunca vai à maloca.

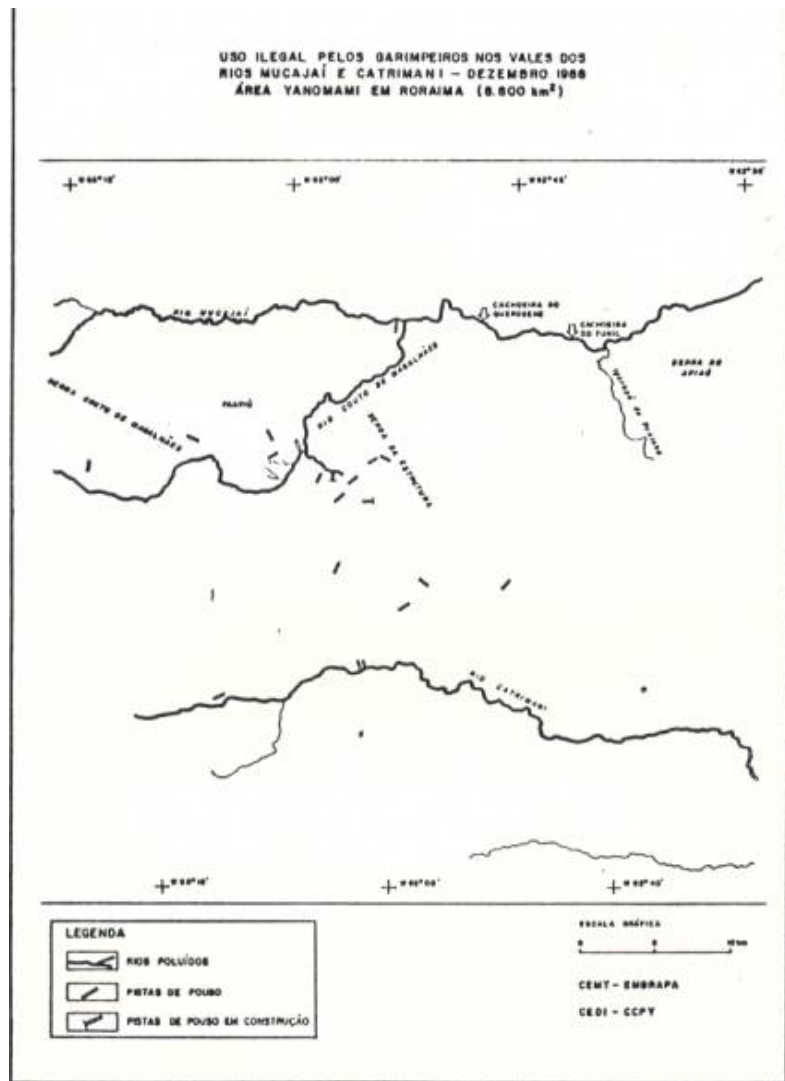
Depois de umas cinco horas voando na turbulência da época das chuvas, pousamos em Boa Vista quando já começava a escurecer. É que, dá manhã, depois da visita à Casa do Índio, fomos até Waicás, voando abaixo das nuvens, para constatar que seria impossível pousar. As poças d'água na pista eram grandes e intransponíveis. Depois de umas quatro ou cinco voltas sobre o lugar, voltamos à base.

Há em Waicás um posto da Funai, uma maloca estilo Yanomami, cônica, fechada, nova ao lado das casas retangulares ovaladas dos índios Maiongong, de teto já negro. As margens do Uraricoera, nas imediações do posto, umas 15 balsas empilhavam-se, algumas em evidente atividade. Dias depois, fui informada por Donald Borgman da participação dos Maiongong nas operações de garimpo de Waicás. Atraindo os garimpeiros para a pista, eles serviam (ou ainda servem?) de guias mata a dentro, cobrando bem pelo serviço. Ganharam muito dinheiro, construíram uma casa em Boa Vista para alojar Maiongong e fretam aviões com regularidade para mandar encomendas a seus parentes de Auaris, a pista mais distante e cara em todo Roraima. Por sua vez, os Maiongong de Auaris não estão dispostos a conviver com garimpeiros. Em janeiro, um certo Walmir, irmão de José Pereira, médico da Funai, e filho de mulher Wapixana, estava em negociações com os Maiongong para trazer uma balsa para a área, a umas cinco horas de canoa abaixo da missão de Auaris. Os Maiongong concordaram, desde que fosse só ele. Mas, aos poucos, Walmir foi trazendo mais gente, até que os índios, que também trabalhavam na balsa, desconfiados, mandaram-nos embora e eles se retiraram pacificamente.

Em janeiro, o alto Uraricoera estava tomado por centenas de balsas, conspícuas com seus toldos de plástico azul; grande quantidade de pistas, alguns aviões pousados, longas manchas de óleo em alguns pontos do rio. Segundo o piloto do Islander que transportou a missão diplomática, a maioria daquelas balsas estava desativada, encostadas às margens; só funcionavam as que ficavam no meio do rio, geralmente em grupos de três ou mais. A desativação não foi devida às chuvas excepcionais que caíam naquela época do ano, mas porque o ouro é fraco na área. Cora isso, os garimpeiros vão subindo cada vez mais. Os rios Parima e Aracaçá, ao sul e a noroeste do alto Uraricoera, passam a ser o foco de novas invasões. O número de pistas de pouso, estimado entre 80 e 100, muda constantemente com o avanço das frentes garimpeiras que se espraiam pela região em torno das Serras de Surucucus e Couto de Magalhães, tendo chegado mesmo a entrar uns 300 quilômetros Venezuela a dentro, criando uma situação extremamente tensa com o exército venezuelano e um grande embaraço diplomático para o Brasil. Por ironia ou provocação, uma das pistas ilegalmente abertas por brasileiros em terras vezuelanas foi batizada de Constituinte (...).

USO ILEGAL PELOS GARIMPEIROS NOS VALES DOS RIOS MUCAJÁ E CATRIMANI - MARÇO 1988
ÁREA YANOMAMI EM RORAIMA (8.800 km²)





resistir à expulsão do garimpeiros

Se o governo federal decidis-se expulsar garimpeiros das áreas indígenas no mínimo em Roraima encontraria um decidido foco de resistência no governador do estado, Romero Jucá, que, embora ex-presidente da Funai, assume uma posição totalmente favorável à exploração do ouro pelos garimpeiros mesmo nas terras dos Yanomami. Romero Jucá acha que o índio também deve participar da exploração do ouro e nisso auferir vantagens, "construindo seu próprio futuro"

- Não concordo com uma iniciativa de força para retirar os garimpeiros. É possível achar uma fórmula que atenda a esses trabalhadores - disse Jucá num encontro que reuniu todos os líderes garimpeiros da região dia 28. Ele promete que não usará a polícia

O governador de Roraima afirmou estar firmemente convencido de que a atividade garimpeira pode ser desenvolvida com respeito ao meio ambiente e às comunidades indígenas, cuja participação no processo de exploração do ouro preconizou. A vantagem que Jucá acha possível os índios tirarem com isso é que, explica, se eles atuarem de forma organizada, o garimpo lhes pode render royalties e, assim, os Yanomami, de posse do dinheiro, teriam condições de viver melhor.

O empenho de Jucá no caso é que para ele "o futuro de Roraima depende da extração mineral: o país não pode ignorar essa realidade".

Culpa da igreja

O presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a igreja são os atuais bodes expiatórios do presidente da União dos Sindicatos de Garimpeiros da Amazônia Illegal (Usagal), José Altino disse que, coagido pelo capital externo, ele mudou sua posição, que era a favor de uma exploração organizada do ouro de Roraima junto à fronteira da Venezuela.

- Fernando César chegou a dar a impressão de que tentaria convencer o presidente Sarney a tomar uma posição nesse sentido, mas depois de sua viagem à Europa mudou o discurso - acusou Altino.

As acusações contra a Igreja são mais violentas: ela "é culpada em grande parte por toda essa mentira de que o índio Yanomami está sendo dizimado e nossa floresta destruída pela exploração do ouro". Por achar isso, Altino prometeu:

- Se o governo tomar alguma atitude para tirar os garimpeiros de Roraima, a Usagal vai criar um movimento e forçar a expulsão de todos os padres e missionários estrangeiros que atuam na Amazônia. (J.B. 29/6/89)

Os índios do lavrado: a guerra do fogo

O vôo de domingo, dia 11 de junho, para Surumu foi acrescido de vários passageiros. Saiu Raimundo do Ericó, mas entraram a antropóloga Nadia Farage, Jaci, o líder Macuxi, o bispo D. Aldo, o Padre Lírio e dois agentes locais da Polícia Federal. A grande caravana, desembarcada na pista e seguindo a pé, encheu a rua larga que leva às instalações da missão católica, a dois ou três quilômetros. Nessa rua da Vila de Surumu, ocupada tanto por índios como por regionais, enfileiraram-se modestas residências e estabelecimentos variados, como a Associação de Mães, a central elétrica e um número de bares.

Levados ao auditório da missão, esperava-nos um salão repleto de índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó. Fomos acomodados ao longo da parede, em torno da mesa, onde Jaci, de pé, com microfone na mão, ia convocando a se apresentarem grupos de índios de acordo com suas atribuições: vaqueiros, capatazes, catequistas, costureiras, etc. Eram saudados com palmas. Cada um de nós também se apresentou. Mais palmas.

Depois das formalidades, embarcamos, brancos e índios, em três toyotas e um caminhão para ver os efeitos da queima das casas indígenas na maloca do Miang, a seis quilômetros da missão.

A história recente dessa maloca tem sido pontuada por contínuos abusos de fazendeiros e autoridades locais contra o direito dos Macuxi à posse de suas terras, direito esse há muito estabelecido e reconhecido agora com a delimitação da área indígena de Surumu da qual Miang faz parte.

O nome Miang é uma versão transformada da palavra macuxi que significa "lagoa dos mosquitos". Há uns 80 anos, os Macuxi deram nomes aos rios, às serras e a outros componentes da paisagem e se instalaram na região. Antes de 1964, não haviam tido problemas sérios com invasores, embora um certo João Rebouças já andasse pela área desde o final dos anos 40.

Como é de hábito, os Macuxi deixaram temporariamente o Miang na década de 60 para permitir o pousio da terra. Quando voltaram nos anos 80, as fazendas já estavam instaladas e começaram os conflitos. São basicamente dois os fazendeiros: João Rebouças, da fazenda Brasiléia, cuja posse está em nome de Francisca, sua irmã absentista, e Dedé, José Américo Valentim, da fazenda Redenção, genro de Francisca, que antes possuía também essa fazenda. Dedé alega ter título de posse datado de 1939.

Em 1984, a área foi identificada como indígena; quatro anos depois, o Grupo Interministerial encarregado do assunto acatou essa identificação e procedeu à sua delimitação. A partir daí, os ânimos acirraram-se e a guerra do fogo começou.

Em outubro de 1988, chegaram ao Miang agentes do IBDF e da Polícia Federal para intimar os índios, acusados de crime ecológico por estarem preparando roçados; suas ferramentas foram confiscadas. Um mês depois, os mesmos agentes voltaram, acompanhados de Rebouças e Dedé; intimaram de novo os índios e obrigaram-nos a assinar um documento comprometendo-se a não mais trabalhar aquela terra.

Em fevereiro de 1989, prenderam o líder do Miang, José Peres e mais dois Macuxi. Queimaram cinco casas. Em março, os índios reconstruíram as casas.

Em abril, agentes da Polícia Militar e Civil, funcionários da Funai e os dois fazendeiros prenderam cinco Macuxi, destruíram cinco casas e, numa demonstração de força e poder de humilhação, fizeram os índios arrancar à mão os postes da cerca que haviam instalado em volta da maloca para protegê-la. Prenderam também o Padre

Pedro e foram todos levados para a Vila de Surumu. No dia seguinte, foram a Boa Vista para um interrogatório de várias horas.

Sessenta índios se uniram para reconstruir Miang. A 6 de maio, nova investida, da PM, da PC, da Funai e dos fazendeiros resultou na queima de todas as nove construções da aldeia, inclusive escola e igreja, e na prisão de todos os índios de Miang. Dedé sentiu-se especialmente fortalecido por haver ganho uma liminar na justiça de Roraima.

No dia 8 de maio, pela primeira vez, os índios reagiram e queimaram as casas de Rebouças e Dedé, reconstruídas pouco depois com dinheiro arrecadado de um leilão promovido pela UDR.

A 25 de maio, os fazendeiros e o administrador da Funai sequestraram o tuxaua Tota da maloca do Barro, quando ele voltava da roça, à noite, com a mulher. Levaram-no para a casa de Dedé, prenderam-no e tentaram extrair dele informações sobre os outros índios que haviam participado do ataque às fazendas.

Com esse pano de fundo ainda pouco vislumbrado (estas informações foram-me gentilmente fornecidas no fim de junho por Luis Eusebi e Patricia Ferri, membros do Movimento de Leigos para a América Latina), fomos levados para observar de perto os resultados visíveis dessa guerra que não é mais fria.

No caminho de Miang, paramos para ver um prédio queimado na fazenda Brasiléia. Tivemos uma demonstração inesperada da volatilidade da situação interétnica da área. Juntou-se um aglomerado da comitiva de índios na frente da residência de Rebouças. Um dos agentes da Polícia Federal embarcados em Boa Vista sacou da arma e, entrando casa a dentro, desarmou o homem, nordestino já grisalho. Em poucos minutos, armou-se uma cena tão incandescente que o agente da PF mandou embora todos os índios ali presentes com tal urgência e pânico na voz, que, com exceção de alguns líderes, voltaram todos para a missão. Rebouças gritava contra o abuso dos "caboclos" - não são índios porque usam roupa -, acabou tendo crise de choro e foi acalmado pelos procuradores. Sua mulher, de uma janela, insistia para que todos vissemos suas panelas furadas pelas, balas dos caboclos. Uma menina chorava no quintal. A tensão subiu a tal ponto que tivemos que sair dali rapidamente, fotógrafos, cinegrafistas e o resto. A consternação era geral e alguns da comitiva lamentavam que tudo aquilo caísse sobre um mero posseiro. Entretanto, os índios e os membros da Pastoral afirmam que esse homem é perigoso e já havia atacado índios, chegando a esfaquear na mão um menino Macuxi.

Mais adiante, outra parada na fazenda Redenção. Os agentes da PF não deixaram ninguém se aproximar do portão até que eles mesmos fossem verificar se era seguro. Mais uma casa queimada pelos índios. Dedé, o dono da fazenda, homem baixo, - troncuado, de barba e com rabo de cavalo preso num boné de Fórmula 1, conversou suave e calmamente com as autoridades, reclamando da agressão dos "caboclos". Enquanto isso, dois dos agentes da PF foram até um casebre sob umas árvores a cerca de 50 metros do pátio onde estávamos agrupados, e voltaram carregando umas cinco ou seis espingardas e uma ou duas armas pequenas, confiscadas de três garimpeiros. Estavam estes a caminho da Serra do Sol, aguardando que o patrão, Magalhães, aparecesse com uma balsa. Surpreendidos por um flagrante que não era bem deles, pouco se importaram com a tomada das armas; não eram suas, afinal, e serviam apenas para caçar, dizia um velho garimpeiro desdentado e alheio. As armas foram postas numa das toyotas e seguimos viagem.

Prosseguindo pelo lavrado em estrada precária, transformada em lamaçal pelas chuvas, chegamos a Miang, rio e maloca. Nove casas espalhadas num diâmetro de cerca de 200 metros só tinham as paredes de barro; os telhados haviam sido queimados. Mais além, a cerca dupla que os índios haviam erigido para proteger a roça do gado dos fazendeiros fora cortada a motosserra e a plantação destruída pelos animais. Ao fundo, a bela Serra de Marari e mais o plácido lavrado em volta pareciam querer negar tanta violência. Num toque de ironia, como uma peça que a História pregava, visitamos, do outro lado da estrada, a pedra com a inscrição SPI, marcando aquelas terras como indígenas, posta ali, segundo consta, por Rondon em 1917. Ao lado da inscrição, membros da comitiva posaram para fotos.

De volta a Surumu, foi servido um rápido almoço e os índios voltaram a reunir-se com a comitiva para lhes entregar um documento contendo as agressões que vêm sofrendo pessoas e bens indígenas. A visita foi encerrada com uma sessão de dança do culto Aleluia, bem no estilo Caribe, mas, aparentemente, com letra de música catolicamente religiosa.

Enquanto voltávamos ao avião, os três homens da PF que nos acompanhavam saíram de um bar com o dono da fazenda Redenção.

O Búfalo, superlotado de gente, levou para Boa Vista vários índios, entre os quais um menino de seus oito anos com suspeita de poliomielite. A mãe acompanhou-o; com expressão de intensa ansiedade e dor não tirava os olhos da maca onde deitaram a criança.

Em Boa Vista: a pulverização de responsabilidades

Às 9 da manhã de segunda-feira, dia 12, a comitiva dividiu-se em duas tarefas: encontro com o governador Jucá Filho e entrevista com as autoridades militares. O que se segue é um relato da segunda, à qual compareci juntamente com o Senador Severo Gomes, os representantes do Deputado Fábio Feldman, da SBPC, do CEDI, da CCPY, além da antropóloga Nádia Farage.

Receberam- nos o Coronel Francês, comandante da guarnição do Sexto BEC (Batalhão de Engenharia e Construções) de Boa Vista e o Coronel Lima Mendes, comandante dos destacamentos do Segundo BEF (Batalhão Especial de Fronteiras) de Roraima. Quem mais falou foi o segundo, respondendo a perguntas e acrescentando a maior parte dos comentários. Ele estima que há atualmente 50 mil garimpeiros na mata e de 80 a 100 mil na cidade, o que representaria praticamente o dobro da população de Boa Vista. Sendo assim, disse ele, torna-se impossível a retirada de garimpeiros à força. Seria preciso empregar exército de campanha e não há recursos para isso: o exército não tem efetivo e a aeronáutica não tem os meios. Portanto, é preciso encontrar uma solução conciliatória juntamente com o governo de Roraima. Este quer administrar o garimpo, quer mostrar que há índios que querem o garimpo e outros que não o aceitam. Assim, os garimpeiros seriam retirados exclusivamente das áreas dos índios que não o querem. A fonte de Lima Mendes foi a rede Manchete que mostrou índios que exploram e índios que não exploram ouro. Por exemplo, no Auaris, os Yanomami exploram (informação infundada, pois não tem havido garimpagem, ao menos no alto Auaris); já no Demini, Continuou o coronel, o índio Davi não deixa garimpar. Prosseguindo, disse que o fato é que existe ouro em quantidade compensatória; portanto, é preciso achar uma solução para que a exploração continue. O BEF e o BEC fazem parte da comissão criada pelo governo do estado para ordenar o assentamento dos garimpos. O Projeto Meridiano 62 do governo de Roraima contempla a organização dos garimpos dentro de áreas indígenas, pois já são um fato consumado. O restante da área seria administrada pela Codesaima (a estatal de Roraima) que subcontrataria outras empresas para exploração de minério. Royalties seriam revertidos à Funai para serem repassados aos Yanomami. O Coronel Francês insistiu repetidamente que é preciso ficar em Roraima um tempo para conhecer tudo melhor, pois a situação é muito complexa. Há que permanecer aí para se saber o que está acontecendo. Ambos estão em Boa Vista apenas desde janeiro.

Foram levantadas questões sobre responsabilidades. O que faz o exército sobre as pistas clandestinas? Resposta: isso é com a aeronáutica; as pistas não são clandestinas, são apenas não homologadas; não há nada que impeça um avião de decolar. O que faz o exército sobre as invasões descontroladas de garimpeiros em área de fronteira? Resposta: "nós somos aqui o órgão de execução; é o CMA (Comando Militar da Amazônia) que manda". O que faz o exército para coibir o contrabando de ouro? Resposta: "o exército não tem ingerência nos casos de contrabando, isso é com a receita federal". O que faz o exército sobre a violência e assassinatos nos garimpos? Resposta: isso é com a polícia Civil e federal. Como está a demarcação das áreas indígenas? Resposta: a colocação de marcos é feita por outra parte do exército, o BEF apenas presta apoio; só foi feita a demarcação em torno de Surucucus, Lima Mendes não sabe se foi completada.

O que faz, afinal, o exército na área? Resposta: cuida da segurança interna, da segurança externa e dá apoio ao desenvolvimento de assistência às comunidades, como saúde, por exemplo. Em que consiste essa segurança interna? Resposta: criar condições para as comunidades; Surucucus é um pólo de desenvolvimento para a fixação de populações. Mas, questionou-se, Surucucus é área indígena! Resposta de Lima Mendes:

"isso não é comigo, é o governo que decide". Previstos no Projeto Calha Norte, os postos do BEF em Auaris e em Ericó, ambos em área Yanomami, deverão ser construídos a partir do próximo semestre. Seriam, portanto, mais dois "pólos de desenvolvimento" junto à fronteira, em pleno território indígena. Resta a pergunta que não chegou a ser feita: se Paapiú não está previsto como posto do Calha Norte, por que foi ampliada a

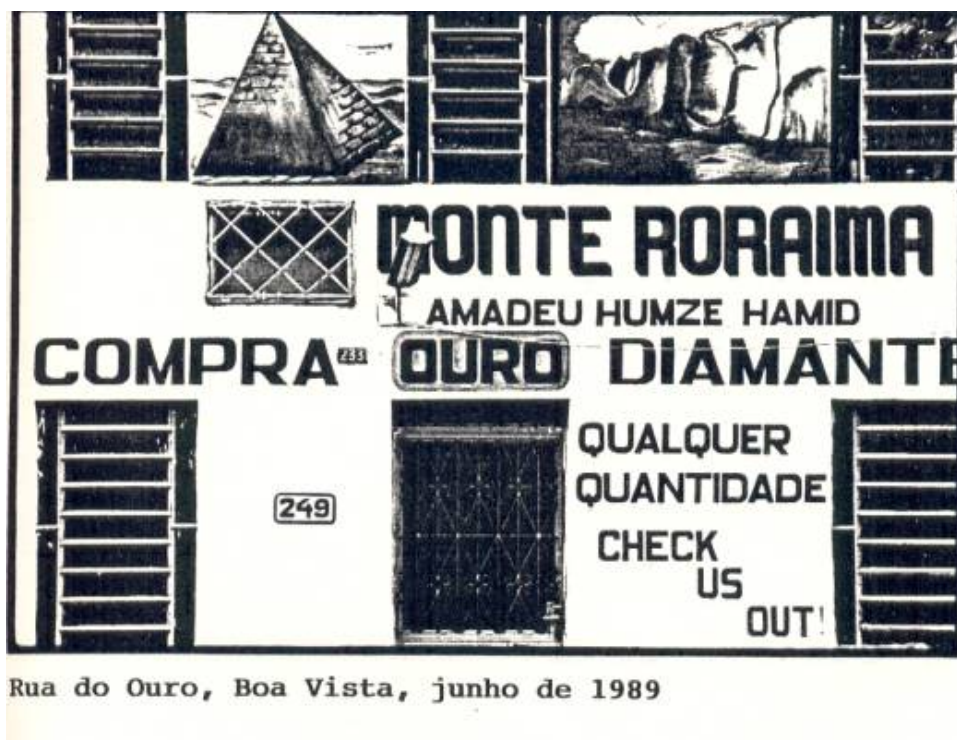
pista? ou, inversamente se o Projeto Calha Norte prevê a ordenação da ocupação em área de fronteira, por que o BEF não está em Paapiu? Pelo que nos foi dito, a recente invasão de garimpeiros brasileiros na Venezuela não se enquadra em nenhuma das atribuições do nosso exército. Esclareceu Lima

Mendes: se os nossos invadem a Venezuela, o problema é dos venezuelanos; se os deles invadem o Brasil, o problema é nosso.

Como órgãos de execução, o BEC e o BEF não tomam iniciativas que vão além de suas limitadas responsabilidades. Fica delegado a poderes superiores, algo difusos, nunca imediatos e acessíveis, o ônus de fazer executar as políticas e ações. A dispersão da responsabilidade contribui decisivamente para a inércia institucional que permite a continuação e exacerbação dos abusos, crimes, inconstitucionalidades e impunidades que assolam Roraima.

Uma rápida visita ao sindicato dos garimpeiros deu a José Teixeira Peixoto, o Baixinho, a oportunidade de mostrar sua liderança entre os garimpeiros. O sindicato declara que 6 mil garimpeiros estão inscritos. O que esse número representa em termos de percentagem do total de pessoas que trabalham em garimpos é difícil de avaliar, mas pode ser um parâmetro para se questionar os números flutuantes e sempre em ascensão que são citados por aqueles interessados em tornar a invasão de dezenas de milhares de garimpeiros um fato consumado e irreversível.

Baixinho é supostamente adversário de José Altino Machado, empresário de Minas Gerais que controla aviões e pistas na área Yanomami. Oponentes ou aliados, Altino e Baixinho, como Tom e Jerry, fazem parte de um mesmo roteiro e cenário. Seus interesses são mais convergentes do que antagônicos, apenas competidores por mão de obra e produção de ouro. Figura um tanto folclórica, Baixinho orgulhosamente exhibe fotos suas



trocando sorrisos com Ulysses Guimarães e contou ao Deputado Plínio Sampaio a sua versão pessoal da invasão de garimpeiros na fronteira. O que realmente aconteceu, disse ele, foi que um grupo de garimpeiros venezuelanos atravessou a fronteira, chegou até um garimpo no Brasil e deu uma surra nos nossos compatriotas que garimpavam tranquilamente na sua terra. Mostrou no mapa da parede onde se deu o assalto inimigo.

Por último (last but not least), visitamos a Funai. O prédio, uma casa residencial transformada em escritórios na década de 70, está em franca deterioração. O administrador estava ausente, em Manaus, desde o dia em que a comitiva chegou, e a substituta, Rita Maria de Souza Gonçalves, nervosa e quase em pânico, tentou livrar-se das perguntas mais delicadas, dizendo que é apenas substituta, não sabe de nada, está ali só porque o administrador não está, a responsabilidade não é dela. Veio o discurso habitual de impotência: falta de

CORREIO BRAZILIENSE**18 Brasília. domingo. 2 de julho de 1989****Roraima culpa Ibama pela ameaça**

Boa Vista- Tanto o governador Romero Jucá como os garimpeiros não crêem que o garimpo seja fechado. Acham que a polêmica se instaurou devido "ao jogo mal intencionado" do presidente do Ibama. Fernando Cesar Mesquita, "O Fernando me telefonou antes de pedir na Justiça a retirada dos garimpeiros, para dizer que só tomou a medida porque organismos internacionais defensores do meio ambiente e dos índios estavam pressionando-o a fazê-lo, caso contrário não conseguiria empréstimos no exterior", garante o "Rei do Garimpo".

Jucá acredita que este embate judicial sobre os garimpeiros será "empurrado pela barriga" até o término do governo Sarney e o "abacaxi" ficará nas mãos do próximo pre-sidente da República. "Fechar garimpo é conto do fada". diz o governador, admitindo que o governo de Roraima não concordará com qualquer iniciativa voltada para a retirada, à força, dos Garimpeiros.

As críticas do governador e dos garimpeiros ao senador Severo Gomes (PMDB-SP), ao deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) e a Igreja Católica tiveram repercussão positivas na comunidade garimpeira. Os parlamentares, recentemente, fizeram uma viagem à Roraima e sobrevoaram as áreas indígenas e teceram severas críticas aos garimpeiros e ao governo do Estado. "Esses dois políticos (alusão aos parlamentares) e mais os padres estrangeiros do País. têm que ser execrados pela opinião pública", dia Altino Machado.

Os garimpeiros", algumas tribos Yanomami civilizadas que atuam e vivem a cem metros da pista de pouso de Paa-piu (esta pista serve como apoio para os 13 pontos de garimpos de ouro na Floresta Nacional, e o Governador Romero Jucá, sentem arrepios" ao ouvir pronunciar o nome de Claudia Adujar, fotógrafa integrante da Comissão para Criação do Parque Yanomami. Dizem eles que "é uma estrangeira que veio tirar fotografias dos índios e decidiu permanecer morando com os Yanomami. Depois, esta senhora veio à imprensa denunciar que os garimpeiros estavam matando os índios". diz um garimpeiro que catava no apartamento 156 do Hotel Boa Vista Tropical, em Boa Vista, na última quarta. feira, e pediu para no ser identificado.

recursos, o Calha Norte ainda não liberou os 50 mil cruzados novos que prometeu em janeiro, a Funai não tem aviões, não tem lanchas, não tem ambulâncias, tem uns dois ou três veículos do tipo toyota. Quando é preciso remover índios doentes da área, a Funai pede avião ao governador. O piloto faz a remoção, mas não leva os doentes de volta; ficam depositados na Casa do índio até surgir uma carona aérea. Rita negou que a Funai contrate aviões de garimpeiros, por falta de dinheiro! Os 23 postos da Funai em Roraima mais a sede contam com 123 funcionários, sendo que apenas dois são médicos para atender a mais de 30 mil índios.

Aflita com a barragem de perguntas e a presença de uma câmera de vídeo no cubículo que passa por seu escritório, Rita mandou chamar às pressas o engenheiro agrônomo, Ponciano, que, mais calmo e articulado, produziu estatísticas da miséria da Funai. A desordem dos remédios em Paapiu, disse ele, é por causa dos aviões na pista que levantam muita poeira! Enquanto isso, em outra sala, o chefe de posto ausente de Paapiu batucava burocraticamente numa máquina de escrever, preenchendo algum papel para uma índia do lavrado em pé à sua frente.

Ao sairmos, topamos com a cena dramática de um casal Macuxi da maloca Araçá (Alto Cotingo) com uma criancinha que parecia agonizar. Com a cabeça desproporcionalmente maior que o corpo, a menina havia sido operada de hidrocefalia em Belém. Os pais, sentados na varanda da Funai, esperavam algum tipo de providência, pois não sabiam se a criança havia tido alta ou não. O pai, indignado, aproveitou a presença da comitiva para desabafar sobre os abusos da Funai, a total falta de assistência, o descaso proposital; denunciou que o administrador passa mais tempo viajando do que na sede. Nega-se terminantemente a deixar a mulher e a filha serem levadas para a Casa do Índio, porque lá se passa fome. Por sua vez, a mulher reclamou de ter sido abandonada pela Funai, que a mandou para Belém sem acompanhante; voltou, procurou funcionários da Funai, ninguém atendia o telefone, ficou na rua; chovia muito; uma noite teve que fugir de bandidos que a perseguiram, acabou se acomodando num bairro. da periferia, o Treze, até a vinda do marido que ficara na maloca. A comitiva levou-os ao hospital Coronel Mota, do estado, para

tentar averiguar a condição da criança. Não chegamos a saber o resultado, devido à demora do diretor do hospital em procurar essa informação e ao compromisso da comitiva para voltar a Manaus logo depois do almoço. Numa caricatura de nossas piores previsões, soubemos, duas semanas mais tarde, que tão logo a comitiva se retirou, Rita arrancou o casal do hospital, com a conivência do diretor, levou-os de volta à Funai e deixou-os lá até à noite. Sem outra alternativa, o marido chamou um táxi e levou a família para a Casa do Índio. Até domingo, 24 de junho, a mulher e a filha agonizante ainda estavam lá, alimentadas com mingau e bolacha.

De minha parte, fiquei em Boa Vista mais um dia para coletar informações sobre a região do rio Auaris, onde opera a MEVA. Viajei para Manaus na noite de terça-feira, dia 13. A bordo, um homem jovem, mulato e humilde, posando ostensivamente de homossexual e louco, distraiu os demais passageiros com discursos inflamados que começaram com a greve dos funcionários e enveredaram por assassinatos nos garimpos. No fim da viagem, arrancou de alguém na platéia o comentário antológico: "o que faz o ouro!".

Brasília, 25 de junho de 1989

Alcida Rita Ramos

Representante da ABA na Comitiva da Ação pela Cidadania

FOLHA DE S. PAULO

A 4 - POLÍTICA Terça-feira, 18 de Julho de 1989

Ação quer tirar garimpo de território indígena

O Ministério Público Federal Ingressou ontem na Justiça com uma ação contra a União, reclamando a interdição das pistas de pouso existentes na área dos índios Yanomami e a expulsão dos garimpeiros que invadiram a reserva. Segundo o procurador Oswaldo José Barbosa Silva, o território dos Yanomami, em Roraima e no Amazonas, abriga entre 60 e 70 pistas de pouso e cerca de 50 mil garimpeiros.

A ação entrou ontem na Justiça Federal de Brasília e foi distribuída à 9ª Vara. O juiz de plantio Luciano Tolentino Amaral vai analisar o pedido de liminar que acompanha a ação. Se concedida a liminar, a Aeronáutica será obrigado a interditar as pistas. Na opinião de Barbosa Silva, só isso bastaria para provocar a saída dos garimpeiros, que se abastecem de viveres levados por avião. As pistas, em sua maioria, são clandestinas, mas algumas foram construídas pela Funai ou pelo Projeto Calha Norte, segundo Silva.

Barbosa Silva disse que os garimpeiros, além de desmatarem a área e contaminarem os rios com mercúrio, levam doenças e hábitos nocivos para os 20 mil índios da reserva.



Coordenação Editorial: Alcida Rita Ramos, Bruce Albert, Jô Cardoso de Oliveira

Para informações adicionais favor enviar e-mail para o escritório central da Comissão Pró-Yanomami no seguinte endereço:

proyanomamidf@proyanomami.org.br

Financiador: _____

Boletins & Comunicados

Acesse os anteriores ou cadastre-se para receber periodicamente

